



# Prefeitura Municipal de Coronel Vivida

## Estado do Paraná

(Nova publicação com Emenda da Câmara Municipal)

### **LEI N.º 1.503/99 de 16 de março de 1.999**

Dispõe sobre os cargos e empregos públicos reservados às pessoas portadoras de deficiência, define critérios para sua admissão e dá outras providências.

#### **AUTORIA: Executivo Municipal**

A Câmara Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam definidos critérios para preenchimento de cargos e empregos públicos existente nos quadros da Administração Municipal destinados à pessoas portadoras de deficiência em atenção ao disposto no art. 20 da Lei Orgânica Municipal de 05/04/90, o qual estipula um percentual não inferior a 10% (dez por cento) dos cargos e empregos do Município.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta Lei, considera-se pessoa deficiente todo indivíduo cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a deficiência de caráter físico ou mental, devidamente reconhecida.

**Art. 3º** - Quando, nas operações aritméticas necessárias à apuração do número de cargos e empregos reservados, o resultado obtido não for um número inteiro, considerar-se-á para a unidade imediatamente superior a que for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) desprezando-se caso seja inferior.

**Art. 4º** - Não serão reservados cargos ou empregos:

- I - em comissão, de livre nomeação e exoneração;
- II - quando, relativamente a um cargo, seu número for inferior a 10(dez);

**Art. 5º** - Os candidatos titulares do benefício desta Lei concorrerão sempre à totalidade das vagas existentes, sendo vedado restringir-lhes o concurso às vagas reservadas, concorrendo os demais candidatos às vagas restantes.

**Art. 6º** - Qualquer pessoa portadora de deficiência poderá inscrever-se em concurso público para o ingresso nos cargos da Administração Pública direta, indireta e fundacional deste Município, sendo expressamente vedado à autoridade competente obstar, sem a prévia emissão do laudo de incompatibilidade pela Junta de especialistas,



# Prefeitura Municipal de Coronel Vivida

## Estado do Paraná

(Nova publicação com Emenda da Câmara Municipal)

Fl. 02 da Lei n.º 1.503/99 de 16/03/99

a inscrição de qualquer destas pessoas, sob pena do inciso II do artigo 8º da Lei Federal n.º 7.853, de 24/10/89, além das sanções administrativas cabíveis.

**Art. 7º** - O candidato, no pedido de inscrição, declarará expressamente a deficiência de que é portador.

**Parágrafo único** - O responsável pelas inscrições poderá, caso o candidato não declare sua deficiência, informá-la e encaminhar o candidato à Junta de especialistas na forma do art. 9º.

**Art. 8º** - O candidato deverá atender a todos os itens especificados no respectivo edital do concurso a ser realizado.

**Art. 9º** - Antes da realização das provas, o candidato que tenha declarado sua deficiência será encaminhado a uma Junta específica para avaliar a compatibilidade da deficiência com o cargo ou emprego a que concorre, sendo lícito à Administração programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a Junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

**Art. 10** - A Junta será composta por um médico, um especialista da atividade profissional a que concorre o candidato e, se a deficiência assim o permitir, por portador da mesma deficiência, todos indicados pela Administração.

**Parágrafo único** - Ao indicar pessoa portadora da mesma deficiência para compor a Junta, a Administração deverá, previamente, consultar a entidade que represente portadores de deficiência em questão, se houver, ou, na falta desta, outra que represente portadores de deficiência, a fim de que esta auxilie na indicação.

**Art. 11** - Compete à Junta, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto no artigo 1º concorrendo à totalidade das vagas.

**Art. 12** - A Junta só emitirá laudo de incompatibilidade com qualquer cargo ou emprego, após submeter o candidato a procedimentos especiais.

**Art. 13** - Ficam isentos dos procedimentos especiais os candidatos considerados deficientes:

I - cuja formação técnica ou universitária exigida para o cargo tenha sido adquirida após a deficiência;

II - cujo emprego ou função seja exercido no Brasil por portadores da mesma deficiência, no mesmo grau;





# Prefeitura Municipal de Coronel Vivida

## Estado do Paraná

(Nova publicação com Emenda da Câmara Municipal)

Fl. 03 da Lei n.º 1.503/99 de 16/03/99

III - cuja deficiência já tenha sido considerada afastada ou reduzida pela superveniência de avanços técnicos ou científicos, a critério da Junta.

**Art. 14** - O fato de uma deficiência ter sido considerada incompatível com o exercício do cargo ou emprego não impedirá a inscrição do candidato objeto desta decisão, nem a de outros candidatos que apresentarem a mesma deficiência, em concursos futuros destinados ao provimento de cargos e empregos da mesma natureza.

**Art. 15** - As decisões da Junta são soberanas e delas não caberá qualquer recurso, salvo se prolatadas sem qualquer motivação, quando então caberá recurso ao Presidente da Comissão Organizadora do concurso no prazo de cinco dias da ciência, pelo candidato, daquela decisão.

**Art. 16** - No ato da inscrição, o candidato indicará a necessidade de qualquer adaptação das provas a serem prestadas.

Parágrafo único - O candidato que se encontra nessa especial condição poderá, resguardadas as características inerentes às provas, optar pela adaptação de sua conveniência, dentro das alternativas de que o Município dispuser na oportunidade.

**Art. 17** - A Administração, ouvida a Junta e dentro de suas possibilidades, garantirá aos portadores de deficiência a realização das provas, de acordo com o tipo de deficiência apresentada pelo candidato, a fim de que este possa prestar o concurso em condições de igualdade com os demais.

**Art. 18** - Os candidatos portadores de deficiência, para que sejam considerados aprovados, deverão atingir a mesma nota mínima estabelecida para todos os candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.

**Art. 19** - Havendo vagas reservadas, sempre que for publicado algum resultado, este o será em duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência, e a segunda somente a pontuação destes últimos.

Parágrafo único - O portador de deficiência, se aprovado, mas não classificado nas vagas reservadas, estará, automaticamente, concorrendo às demais vagas existentes, devendo ser incluído na classificação geral do concurso.

**Art. 20** - Não havendo qualquer portador de deficiência inscrito ou que tenha logrado aprovação final no concurso, a Administração poderá, desde que haja



# Prefeitura Municipal de Coronel Vivida

Estado do Paraná

(Nova publicação com Emenda da Câmara Municipal)

Fl. 04 da Lei n.º 1.503/99 de 16/03/99

imperioso interesse público no provimento imediato destes cargos, convocar a ocupá-los os demais aprovados, obedecida a ordem de classificação.

**Art. 21** - Aplicam-se aos portadores de deficiência as demais regras que regem o concurso público, naquilo que não conflitem com a presente Lei.

**Art. 22** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 16 (dezesseis) dias do mês de março de 1.999.



**PEDRO MEZZOMO**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se;



**HÉLIO DE CARLI**  
Chefe de Gabinete